



Nº 41 - DEZEMBRO 2022

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: MÍDA NINJA



Novos tempos para a defesa dos Direitos Humanos no Brasil

**Festival Entretodos,
compromisso com as
gerações futuras**

**Maria Cristina Quirino:
massacre de Paraisópolis
e a luta por justiça**

AGENDA DE LUTAS DEZEMBRO DE 2022



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Novos tempos para a defesa dos Direitos Humanos



FOTO: MÍDIA NINJA

O governo Bolsonaro finalmente chega ao seu fim este mês. Mas, infelizmente, os impactos cruéis gerados por seu governo não terminarão por decreto. Uma dessas sequelas é a ideologia perversa defendida por ele e por seus seguidores de que *Direitos Humanos* são meios para defender bandidos ou, por outro lado, de que deveriam ser

apenas para “humanos direitos”. Na realidade a consolidação do termo Direitos Humanos deu-se com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, três anos após o término da II Guerra Mundial, e propunha parâmetros mínimos a serem exigidos dos Estados para que todos e todas pudessem,

de fato, serem “livres e iguais em dignidade e direitos”. Assim, a própria história de sua construção mostra que o termo nada tem a ver com objetivos de favorecer a criminalidade ou algo do gênero, tampouco deveria ser restrito a um grupo determinado de pessoas. Pelo contrário, é na garantia plena dos direitos civis e políticos,

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** FERNANDA ESTIMA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOÍZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

econômicos, sociais, culturais, difusos e coletivos a todas pessoas, que as sociedades poderão de fato enfrentar suas desigualdades, injustiças sociais e violência de todos os tipos.

Agora novos tempos estão começando no Brasil. Serão tempos em que um novo governo Lula e a sociedade poderão estar em maior sintonia na defesa dos direitos humanos. Na defesa de uma vida digna para todos, todas e todes. Nós, do Reconexão Periferias, esperamos ser tempos em que mais do que apenas resistir e sobreviver, as periferias poderão passar a propor e acompanhar o desenvolvimento de ações e políticas públicas para avançar no combate às desigualdades estruturais de classe, gênero e raça. Na verdade, mais do que uma esperança, entendemos que essa é uma urgência. Assim, é urgente e preciso que o novo governo Lula se empenhe na garantia de direitos humanos básicos a todos brasileiros e brasileiras. Na garantia da

vida da juventude negra periférica, que segue sendo alvo de um genocídio racista histórico em nosso país. Na garantia de uma vida digna para as mulheres, com direito de acesso ao trabalho, com igualdade salarial e com autonomia sobre nossos corpos e nossas vidas. Na garantia do direito de acesso de todos e todas à justiça e de sua necessária transformação para não seguir perpetuando diretrizes patriarcais e o racismo institucional. Na garantia de moradia, educação, alimentos e acesso à cultura e lazer.

E com essa visão sobre direitos humanos, e no marco do Dia Internacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, a **Revista Reconexão Periferias** deste mês traz o artigo do Festival Entretodos, que é uma iniciativa comprometida com as gerações futuras, fomentando a cultura dos Direitos Humanos e Cidadania priorizando o público jovem e crianças. No artigo o Entretodos nos conta sobre sua essência, de promoção

do diálogo, da participação e produção cultural, disseminando o tema dos Direitos Humanos e Cidadania entre estudantes, professores e a comunidade em geral, através da exibição de filmes de curta-metragem transformadores e de processos formativos do olhar para o cinema.

A entrevista do mês é com Maria Cristina Quirino, mãe do adolescente Denys Henrique, um dos nove jovens de 14 a 23 anos mortos em 1º de dezembro de 2019, durante a Operação Pancadão da Polícia Militar no baile da Dz7, em Paraisópolis, periferia da Zona Sul de São Paulo. Após o massacre, Maria Cristina conheceu o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo, que começou a reunir os familiares das vítimas para lutar para que a verdade seja apurada, e o Estado responsabilizado por sua ação.

Em artigo, Gabriela Shizue Soares de Araujo e Marina de Mello

Gama, advogadas e, respectivamente, membro da Comissão Nacional de Direito Eleitoral do Conselho Federal da OAB e membro do Observatório Eleitoral da OAB/SP, analisam a violência de gênero na política brasileira e durante as últimas eleições. As autoras afirmam que para avançar nos direitos humanos, que perpassam pelos direitos políticos de todas e todos, para o exercício igualitário da cidadania, são necessárias condições efetivas que assegurem a inclusão de candidaturas, a atuação das eleitas e a segurança das mulheres que se dispõem a participar ativamente da arena política.

O coletivo do mês que apresentamos é o da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves,

sediada em João Pessoa, Paraíba, desde 1994, cuja missão é fortalecer e difundir a cultura de respeito aos direitos humanos na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social. Atualmente a instituição tem dois eixos de atuação: o direito à cidade e acesso à Justiça.

Na seção “Quando novas personagens entram em cena”, entrevistamos Camila Jara, Deputada Federal eleita pelo PT/MS para o próximo mandato, atualmente vereadora em Campo Grande (MS). Camila, de 27 anos, nos conta sua trajetória, desafios e prioridades, além de fazer um chamado à juventude, afirmando que “a gente precisa de mais jovens na política porque quem vai ser mais impactado pelas decisões políticas seremos nós. Só

a juventude tem capacidade de diversificar a política e mudar a forma de fazê-la.”

Sabemos que os desafios para a garantia de direitos humanos a todos, todas e todes, especialmente para as populações periféricas são gigantes. Mas também sabemos que é na luta que abriremos brechas para romper barreiras históricas e aparentemente intransponíveis. E não duvidamos da disposição das periferias brasileiras em construir esses novos tempos no Brasil. Esperamos que as reflexões e questões levantadas nessa edição da **Revista Reconexão Periferias** possam contribuir nessa jornada.

Boa leitura!

Boas lutas! ■

Festival de Curtas Metragens de Direitos Humanos – Entretodos

COLETIVO ENTRETODOS



CENA DO FILME FANTASMA NEON - FOTO DIVULGAÇÃO

O FESTIVAL DE CURTAS METRAGENS DE DIREITOS HUMANOS – ENTRETODOS ACONTECE DESDE 2007, PROMOVEDO OS DIREITOS E GERANDO NOVOS DIÁLOGOS COM A SOCIEDADE EM GERAL, POR MEIO DE FILMES DE CURTA DURAÇÃO E TEM O APOIO DA PREFEITURA DE SÃO PAULO, DA SPCINE E DA FES BRASIL.

Entretodos, um festival de curtas-metragens que vem difundindo de forma gratuita e universal educação e reflexão acerca de Direitos Humanos e Cidadania, anuncia seu 16º ano de atividades em comunidades, escolas públicas e para o público em geral. Cinema e Direitos, acessíveis para todos.

Entretodos é o festival de Curtas-Metragens de Direitos Humanos que acontece em São Paulo desde 2007 promovendo os direitos e gerando novos diálogos com a sociedade em geral por

meio do dispositivo audiovisual.

A difusão de filmes curtos que tratam de forma ampla e diversa de Direitos Humanos e Cidadania, visa promover

o debate e a reflexão em um momento pleno de questionamentos e revisões que sucede o período extremado da pandemia, seus desdobramentos e conturbações.

entretodos

É uma iniciativa comprometida com as gerações futuras, fomentando a cultura dos Direitos Humanos e Cidadania, priorizando o público jovem e crianças.

O Entretodos tem, em sua essência, a promoção do diálogo, a participação e produção cultural, o fomento a novos realizadores, mediadores e cineclubistas, articulando junto à área da educação e disseminando o tema dos Direitos Humanos e Cidadania entre estudantes, professores e a comunidade em geral, através da exibição de filmes de curta-metragem transformadores e de processos formativos do olhar para o cinema e às questões que tematiza.

A proposta do Festival envolve:

- Formação de público a partir de atividades de exposições de material de acervo, de novos realizadores que chegam a cada edição e de parceiros que se somam ao longo da história do Festival.
- Apoio a realizadores, mediadores e cineclubistas, promovendo diálogos e atividades conjuntas de fomento ao debate, à crítica, ao conhecimento da linguagem audiovisual e à produção cultural.
- Descentralização da atuação para além dos centros e polos tradicionalmente ligados ao audiovisual, trabalhando cultura, educação e construção social com e em diversos territórios – a exemplo de escolas e instituições de ensino, cinemas, centros culturais, cineclubes, organizações sociais e comunitárias, centros de detenção e demais locais de encontro.
- Realização de exposições de curtas-metragens em diferentes modalidades: presencial, híbrido e online (através de plataformas e outras ferramentas digitais), acessando públicos distintos.
- Apoio e fomento ao trabalho de realizadores iniciantes, principalmente o início da produção em escolas e instituições de ensino.
- Trabalho de fomento à cultura do audiovisual através de incentivo à produção e do diálogo a partir das exposições cinematográficas em cineclubes e cine debates, acompanhando o caminho da produção artística e promovendo a cultura de cineclubes.
- Estabelecimento de metodologias e estratégias para a difusão e discussão dos Direitos Humanos e Cidadania.
- Atividades formativas em diferentes formatos (oficinas, cursos, palestras, entre outros) e acessando públicos diversos por meio do audiovisual,

trabalhando as intersecção temática presentes no Entretodos de modo plural.

- Ações de produção de saberes sobre a memória audiovisual e sobre o acervo do Festival, articulando junto a parceiros a manutenção e mediação do material produzido ao longo do tempo.

Neste momento o que se busca é enfatizar a difusão de questões presentes em nossa época, a partir da programação de atividades que atuem no local e no global, trabalhando cultura e educação au-

diovisual, permeadas pela temática dos Direitos Humanos e Cidadania. Uma vez que as exposições e atividades gerais são sempre gratuitas e ocorrem em diversos locais da cidade, sobretudo nas regiões periféricas, é possível ao público amplo o acesso à cultura e à linguagem audiovisual.

Nos últimos anos, em razão da realização das atividades no ambiente digital foi possível acessar novos e diferentes públicos que passaram a compor as ações do Festival. Soma-se a isto a formação de novos realizadores,

mediadores e cineclubistas através das dinâmicas formativas próprias ao Festival, propagando uma comunicação sobre temas culturais de forma arejada, diversa e presente.

Com esta proposta, pretende-se seguir no processo de aprimoramento e atualização da Cultura e Educação em Direitos Humanos e Cidadania, além da Produção Audiovisual e do trabalho com Acervo, seja pelas demandas detectadas em novas especificidades apresentadas por parceiros exibidores e por questões presentes na sociedade. ■



IMAGEM RETIRADA DO SITE WWW.ENTRETODOS.COM.BR

ENTREVISTA COM MARIA CRISTINA QUIRINO

Três anos depois do massacre de Paraisópolis, responsáveis permanecem impunes

ROSE SILVA E SOFIA HELENA MONTEIRO DE TOLEDO COSTA



MARIA CRISTINA E
DENYS HENRIQUE
FOTO: ARQUIVO
PESSOAL

Depoimentos de testemunhas, familiares e vítimas feridas relatam garrafadas na cabeça, cassetete nas costas, gás de pimenta, além de uso de arma de fogo e balas de borracha. Há denúncias por parte de moradores de que os policiais militares impediram o socorro às vítimas. O delegado Emiliano da Silva Neto, do 89º DP, afirmou que todas as vítimas morreram pisoteadas. Mas os corpos

Em 1º de dezembro de 2019, nove adolescentes e jovens de 14 a 23 anos foram mortos e pelo menos doze pessoas ficaram gravemente feridas durante Operação Pancadão da Polícia Militar no baile da Dz7, em Paraisópolis, periferia da Zona Sul de São Paulo. A ação provocou tumulto no evento, que contava com mais de cinco mil pessoas e tinha como saída apenas uma viela com escadaria. Logo que o caso veio a público circularam imagens da ação violenta dos policiais e das agressões praticadas por eles, com grande repercussão.

não tinham marcas e suas roupas não estavam sujas, como alegam familiares das vítimas e mostram os exames realizados por peritos. Em julho de 2021, o Ministério Público de São Paulo denunciou doze policiais militares que participaram da operação por homicídio com dolo eventual (quando se assume o risco de matar). Além da condenação, o MP requer a fixação de valor mínimo para repa-

ração dos danos materiais e morais causados pelas infrações. A Justiça de São Paulo aceitou a denúncia do MP e tornou réus os doze PMs. A audiência de instrução do processo, inicial, está marcada para 25 julho de 2023.

Para falar sobre isso, a revista Reconexão Periferias entrevistou Maria Cristina Quirino, mãe do adolescente Denys Henrique, um dos mortos na



TRÊS ANOS APÓS A CHACINA DE PARAIÓPOLIS, FAMILIARES SEGUEM COBRANDO JUSTIÇA COM MANIFESTAÇÕES.
FOTO: BEATRIZ DRAGUE RAMOS/BRASIL DE FATO

operação. Ela luta junto com familiares das vítimas para que a verdade seja apurada, e o Estado responsabilizado.

Reconexão Periferias - Cristina, fale um pouco sobre sua vida antes e depois do massacre.

Cristina - Meu nome é Maria Cristina Quirino. Eu sou mãe de quatro filhos, sou arrimo de família, trabalhava numa loja de peças para refrigeração. A gente viveu na Brasilândia durante trinta anos e a outra parte na favela de Heliópolis. Nasci aqui, migrei na barriga da minha mãe, do Ceará para cá, criava

meus filhos, até quando mataram o Denys. Aí começou a luta para mostrar a injustiça que foi cometida com ele, comigo e com a minha família. É muito difícil falar de mim hoje porque eu quase não consigo me encontrar mais com aquela Cristina que viveu durante quarenta anos em função da família.

RP - O que aconteceu com seu filho?

Ele era um adolescente de 16 anos, que estava descobrindo a vida. Assim como todo adolescente, tinha curiosidade de conhecer o funk. E foi para aquele lugar

porque é a cultura da juventude que existe para eles hoje. Trabalhou o dia todo naquele sábado, tomamos café da manhã juntos. À noite se reuniu com os amigos e foram para o baile. Aí aconteceu aquilo tudo. No dia seguinte, para mim, foi um choque, porque eu recebi a notícia de uma maneira e depois veio à tona que foi de outra. Demorou muitos dias para eu entender o que houve com o meu filho, a logística que a polícia usa para matar o filho da gente. E para criar coragem de ir atrás da verdade, porque é o meu direito mostrar que eles

são assassinos. E provar que meu filho e todos os outros eram inocentes.

RP - Quando aconteceu o caso, a versão dos policiais é que a morte aconteceu por pisoteamento. E grande parte do movimento de vocês, familiares, afirma que não foi exatamente isso. Conte a sua versão da história.

O alibi da polícia já foi uma estratégia, porque hoje entendo que foi tudo combinado. Entraram no baile com a intenção de fazer a maldade. Tanto que quem fez o boletim de ocorrência foram eles, para tentar justificar o injustificável. E quanto à questão da desconstrução dessa tese, no ano passado, a gente conseguiu o trabalho do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, órgão complementar da Universidade Federal de São Paulo (Caaf), que é um trabalho muito importante, no qual eu acredito. Temos laudos que dizem que eles não tinham fraturas, não tinham machucados, não tinham um osso quebra-

do e não tinham roupas sujas. Só eu tive acesso à roupa do meu filho, e não tinha nenhuma marca de pés. Na certidão de óbito dele consta até hoje “aguardar exames”, mas o exame do IML indica asfixia mecânica indireta como causa da morte. Agora, imagina uma pessoa caída no chão e quase cinco mil passando por cima, o tanto de ossos que teriam quebrado. O exame feito com ele pelo IML não mostrou isso, então está fora de cogitação, já foi comprovado que não foi pisoteamento e está no processo.

RP - E o que aconteceu nesse processo criminal desde que aconteceu o assassinato do seu filho?

No processo criminal não aconteceu nada, para mim, anda a passos de tartaruga. Houve a finalização do inquérito do DHPP, aí o delegado denunciou nove policiais, sendo que eram 38 envolvidos. No Ministério Público a promotora denunciou mais três, então hoje são doze réus, e um outro foi denunciado por ter usado bomba

e morteiro, o que não é autorizado pela polícia. Os outros foram todos absolvidos. Como 38 pessoas participam de uma operação, de um massacre com nove mortos e não são responsabilizadas? Se eu estivesse em alguma situação, um assalto, e a polícia me pegasse eu responderia por isso como cúmplice até provar o contrário. Esses outros continuam trabalhando na rua e matando os filhos dos outros. No dia 25 de julho vai acontecer uma audiência de instrução, onde os denunciados começarão a ser ouvidos, para depois o juiz decidir se vão a júri ou não. Tudo é muito cruel. Nós, familiares, só podemos nos organizar para manter a memória viva, mostrar para a sociedade que eles eram inocentes, que mataram os meninos e não tinham o direito de fazer isso.

RP - Os familiares das vítimas estão organizados?

Sim. Desde o início eu conversei com todo mundo. Tem um grupo que criei, organizamos o

ato do dia 1º de dezembro, quando completaram três anos, seguido de missa na Catedral da Sé. E no dia 3 faremos um ato na Zona Sul, uma caminhada para o Hospital Campo Limpo para fazer a desconstrução do socorro, mostrar a desconstrução do socorro. A questão de que houve resistência é a parte mais difícil de desconstruir, porque é um alibi que a polícia já usa há muito tempo. Mas o pisoteamento e o socorro eu faço questão de que todo mundo saiba que não foi pisoteamento, que eles não socorram, que eles já atiraram nos nossos meninos de lá mortos. Não tinham que mexer na cena do crime, deveriam deixar tudo como estava para podermos ter pelo menos uma investigação justa. Essa é outra coisa que me machuca demais, porque se a polícia tivesse agido corretamente ali, naquele dia, não teriam mexido. E o baile não teria continuado, mas continuou. Fizeram tudo bem pensado, tiraram os meninos e saíram, e o

baile continua, porque na comunidade é assim. Dispersão. Essa é a palavra, aí vai todo mundo embora. Daqui a pouco voltam todos. Onde eu morava também tinha baile funk. É desse jeito. Lá em Paraisópolis não aconteceu isso. A polícia entrou, matou os meninos, tirou de lá, não falou para ninguém, não alarmou. Os poucos que presenciaram acharam que os meninos estavam vivos e voltaram. O baile continuou até o dia seguinte. É uma revolta para mim. Até os dois amigos do meu filho,

Ele era um adolescente de 16 anos, que estava descobrindo a vida. Assim como todo adolescente, tinha curiosidade de conhecer o funk. E foi para aquele lugar porque é a cultura da juventude que existe para eles hoje.

que estavam com ele no dia, voltaram para o baile até o dia amanhecer porque achavam que ele estava vivo.

RP - Depois de tudo isso mudou a sua visão da polícia? Qual era a sua perspectiva da atuação dos policiais na periferia e como é hoje?

É uma vergonha para mim falar isso, mas eu faço questão que todo mundo saiba que eu vivi por quarenta anos acreditando nessa polícia, admirando essa profissão, quando eu era criança tinha o sonho de ser da polícia. Não consegui porque meus pais eram pobres, tive de parar de estudar para poder trabalhar, levar o sustento para minha família, minhas irmãs pequenas, para ajudar minha mãe. Então desisti do meu sonho. Fui trabalhar de doméstica e viver minha vida de outra maneira, mas ainda assim eu acreditava na corporação, achava que eles eram a proteção que a gente tinha, que era com quem eu podia contar. Vivi enganada durante quarenta anos,



FOTO: JOÃO HEITOR

ensinando para os meus filhos a sempre abaixar a cabeça, mesmo estando certos, por que eles eram a lei e estavam fazendo o trabalho deles, até o dia em que me entregaram meu filho morto, assassinado por eles. Isso mudou completamente a minha visão. Hoje eu te-

nho medo, porque sei que estou batendo de frente com o sistema para falar que eles mataram o meu filho. Então, eu corro risco quanto a isso. Não tenho outra explicação, só medo e raiva, porque eles conseguiram plantar um sentimento muito ruim. Eu nunca tinha passado

o sentimento de raiva, de ódio, de revolta, de tristeza, de todo o sentimento ruim que passa na minha cabeça. Quantos inocentes eles matam? Não foi só o meu filho, foram nove... Ter acreditado nessa corporação imunda, corrompida, que teve 38 envolvidos em uma ação. Você acha que algum deles ali não podia falar a verdade? Ou algum deles não devia falar a verdade? A tenente mesmo podia ter falado para não fazerem o que fizeram, mas ela não fez.

Ela tinha autonomia para barrar os outros indivíduos, mas não fez. Ao contrário, compactuou com tudo isso. É muita vergonha para mim, mas eu preciso falar sobre isso também, porque as pessoas precisam saber, porque, assim como eu acreditei, muitos acreditam. Tem gente que defende a polícia, que acha que só por estarem num baile funk tem de matar mesmo, porque estavam na comunidade.

RP - Como você conheceu o Caaf?

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de São Paulo (Condepe) começou a nos reunir, os familiares, para pensar em uma maneira de mostrar a verdade e cobrar respostas do governador. Aí, na primeira reunião, encontrei a Desireé, do Caaf, agarrei a mão dela e não soltei mais. O Condepe me deu a esperança e a perspectiva de que eu podia cobrar, que estava no meu direito, me fez entender e enxergar isso. Aquela esperança de que a gente podia e consegue mostrar a verdade. E agora eu sou pesquisadora do caso. Antes eu era voluntária, agora sou bolsista, estou no meu primeiro mês. Eu ainda queria ser vendedora de balcão, ter meu filho de volta, ter minha vida de volta, só que isso nunca mais vai acontecer. Então a luta agora é parte da minha vida.

RP - Como vocês estão fazendo a desconstrução do socorro?

Os trabalhos do Caaf estão disponíveis no YouTube. Uma série,

três atos, nove vidas, que pode ser assistida neste link. São nove vídeos, nove biografias, nove meninos e uma menina. Na sequência vem a desconstrução da polícia, a verdade que eles não contam. Tem detalhes do processo que muita gente não sabe, por exemplo, eles alegam que socorreram nossos filhos e levaram nossos filhos em comboio até o hospital. E no processo a gente pediu aos advogados para pedirem as câmeras de vigilância da CT. Foi negado. Para pedirem as câmeras do hospital. Foi negado. A gente não sabe até hoje qual foi o percurso que eles fizeram para socorrer os nossos filhos. Eles levaram quase uma hora para chegar no hospital. Eu fiz esse trajeto do Hospital Campo Limpo até Paraisópolis. No meu carro eu fiz em dezenove minutos. Eles falam que os meninos chegaram vivos no hospital. É tudo mentira. Nenhum deles chegou porque para morrer de asfixia demora de três a sete minutos. O meu filho foi o primeiro a chegar.

RP – Algo mais que você gostaria de registrar em nossa entrevista?

A gente viu esse governador aí que foi eleito (Tarcísio). Ele se candidatou e se elegeu fazendo campanha para tirar as câmeras (nos uniformes dos policiais) que foram colocadas depois da morte dos nossos filhos. O João Dória fazia questão de falar que colocou as câmeras depois do massacre que aconteceu em Paraisópolis. Antes de ele sair, ele fez questão de falar que a letalidade policial diminuiu depois das câmeras, depois do ocorrido. Então não podemos permitir que esse governador tire as câmeras. ■

Fundação promove a cultura dos direitos humanos e da justiça social na Paraíba

ROSE SILVA



MARGARIDA ALVES. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Sediada em João Pessoa (PB), sua missão é fortalecer e difundir a cultura de respeito aos direitos humanos na perspectiva dos movimentos populares e da justiça social.

Nos primeiros anos de existência, permaneceu atuando dentro dos eixos de ação do Centro de Defesa, prestando apoio e assessoria jurídica aos movimentos sociais. Com o tempo, deixou esta prática e passou a encaminhar os casos para os serviços públicos

A Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves foi criada pelo Arcebispo da Paraíba Dom José Maria Pires como entidade juridicamente autônoma em 8 de julho de 1994, como sucessora do antigo Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, criado no início da década de 1970.

competentes. Outro eixo de atuação estava voltado para a questão da moradia e solo urbanos, com o acompanhamento jurídico de casos de ocupação de áreas urbanas e intermediação com os poderes públicos para a solução destes conflitos.

Em 1999, iniciou uma experiência de Capacitação Legal desenvolvendo o Curso de Formação de Juristas Populares. Em 2000, completou a transição de um serviço pastoral para uma organização da sociedade civil

autônoma. Seus eixos de atuação são assessoria jurídica, agora voltada para os grupos acompanhados, partindo da demanda desses grupos; ação pela moradia, também voltada para os grupos acompanhados, compreendendo a moradia como um direito humano social, e a Capacitação Legal, construída agora não como um curso, mas como um programa.

Segundo o jornalista e mestre em Comunicação Marcelo Soares de Lima, assessor da instituição,

hoje a Fundação tem dois eixos de atuação: o direito à cidade e acesso à Justiça. “No direito à cidade a gente atua muito como o fórum de reforma urbana, ocupações urbanas e alguns projetos específicos, por exemplo, sobre a questão do meio ambiente em locais de ocupação urbana. A gente constrói ciclos de bananeiras e fossas ecológicas. E também existe uma atuação política de conscientização sobre meio ambiente e a valorização da defesa dos territórios por seus moradores”, explica. Existem ainda projetos de combate à Violência contra a Mulher, que atualmente passa por violência contra a mulher e com juventudes na rua.



PROJETO JURISTAS POPULARES. FOTO: DIVULGAÇÃO

A linha de acesso à Justiça promove um curso de formação de juristas populares desde 1999 que leva formação do direito para quem não tem e, principalmente, para as lideranças populares comunitárias, pessoas de movimentos sociais, ONGs e outras entidades da sociedade civil.

Sobre Margarida Maria Alves

Nascida e criada em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, foi a primeira mulher a presidir o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Lá, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, uma iniciativa que, até hoje, contribui para o desenvolvimento rural e urbano sustentável, fortalecendo a agricultura familiar. Lutando pela defesa dos direitos dos trabalhadores sem terra, suas principais metas eram o registro em carteira de trabalho, a jornada diária de trabalho de oito horas, 13º salário, férias e demais direitos,



FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES CONSTRÓI CÍRCULOS DE BANANEIRAS NA OCUPAÇÃO NOVA CANUDOS, BAYEUX/PB. FOTO: DIVULGAÇÃO



EQUIPE DA FUNDAÇÃO MARGARIDA ALVES. FOTO: DIVULGAÇÃO

para que as condições de trabalho no campo pudessem ser equiparadas ao modelo urbano.

Em seus doze anos de gestão, o Sindicato moveu mais de seiscentas ações trabalhistas e fez diversas denúncias, como a endereçada diretamente ao presidente do Brasil, em 1982, João Batista Figueiredo. Infelizmente, Margarida não viveu o suficiente para ver o resultado de seu pleito. Por causa do surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, a violência no campo foi intensificada por parte dos latifundiários, que não queriam perder suas terras, mesmo as improdutivas.

Margarida foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, quando um pistoleiro de aluguel, em um Opala vermelho, disparou um tiro de escopeta calibre 12 em seu rosto, quando ela estava na frente de sua casa. Seu filho e seu marido viram tudo. Foram acusados pelo crime o soldado da PM Betâneo Carneiro dos Santos, os irmãos pistoleiros Amauri José do Rego e Amaro José do Rego e Biu Genésio,

motorista do Opala. Mais tarde, ele foi assassinado, como “queima de arquivo”.

O crime teve repercussão internacional, com denúncia encaminhada à Corte Internacional de Direitos Humanos e várias outras entidades. O dia de seu assassinato, 12 de agosto, é conhecido como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária. ■



ENCONTRO NACIONAL SOBRE PROTEÇÃO POPULAR. FOTO: DIVULGAÇÃO

Breve balanço das eleições de 2022 para as mulheres: a violência política de gênero venceu!

GABRIELA SHIZUE SOARES DE ARAUJO E MARINA DE MELLO GAMA



ILUSTRAÇÃO THIAGO FAGUNDES/ AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS

GABRIELA SHIZUE SOARES DE ARAUJO É MESTRE E DOUTORA EM DIREITO CONSTITUCIONAL PELA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO. MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE DIREITO ELEITORAL DO CONSELHO FEDERAL DA OAB. COORDENADORA DO OBSERVATÓRIO ELEITORAL DA ASSOCIACION AMERICANA DE JURISTAS – RAMA BRASIL. ADVOGADA.

MARINA DE MELLO GAMA É MESTRE EM DIREITO PÚBLICO PELA UNIVERSIDADE DE SALAMANCA (ESPANHA). MEMBRO DO OBSERVATÓRIO ELEITORAL DA OAB/SP. ADVOGADA E ATUALMENTE SECRETÁRIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E DA JUSTIÇA DA PREFEITURA DE COTIA/SP.

Embora o acesso aos cargos de representação política seja um fator decisivo para a participação, negociação e tomada de decisão nas democracias contemporâneas, lamentavelmente, no Brasil, a maioria da população não se vê espelhada de forma minimamente proporcional nos espaços de poder político: mulheres e pessoas negras são a base do eleitorado, mas a minoria das pessoas eleitas.

O número de mulheres eleitas em 2022, ano em que a conquista do voto feminino completou 90 anos, teve um tímido avanço na disputa para a Câmara dos Deputados e para as Assembleias Estaduais: foram eleitas 91 deputadas federais mulheres – correspondentes a 17,7% da totalidade das

513 cadeiras disponíveis – e 190 deputadas estaduais mulheres, espalhadas entre todos os Estados, atingindo um total aproximado de 18% de deputados estaduais e distritais eleitos em todo país.

Em relação ao comando dos Executivos Estaduais, dentre as 27

unidades federativas do país, as Eleições de 2022 culminaram apenas com duas mulheres eleitas governadoras: Fátima Bezerra (PT), reeleita para o governo do Estado do Rio Grande do Norte, e Raquel Lyra (PSDB), que assumirá o governo do Estado de Pernambuco.

Nas eleições anteriores, em 2018, haviam sido 77 deputadas federais e 163 deputadas estaduais e distritais eleitas (uma média aproximada de 15% das vagas nos parlamentos nos dois casos), e apenas uma governadora (Fátima Bezerra/PT).

Por outro lado, no Senado Federal houve um retrocesso considerável: se nenhuma suplente assumir, das 81 cadeiras disponíveis, apenas dez serão ocupadas por mulheres senadoras a partir de 2023, duas a menos que na legislatura anterior.

Malgrado ainda distante do ideal perseguido pela ONU e pelos organismos internacionais de direitos humanos de paridade de gênero na política, e até mesmo muito abaixo da média global de participação feminina nas casas legislativas (26,4%), o Brasil tem sido palco, nos últimos anos, de maior pressão da opinião pública, da mídia e da sociedade civil no que se refere às questões de gênero, de enfrentamento

ao machismo, ao racismo e a outras formas de discriminação na política.

Muito em função dessa cobrança da sociedade, além das iniciativas contundentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Supremo Tribunal Federal (STF), em decisões paradigmáticas que impactaram consideravelmente no incremento das cotas de gênero previamente existentes, a legislação também trouxe alguns avanços nos últimos anos, na tentativa de incentivar a participação das consideradas minorias políticas e melhorar a efetivação da representação de gênero e raça nas bancadas.

Vale dizer que a lei já prevê há 25 anos reserva de 30% de candidaturas para o Poder Legislativo para as mulheres, que decisões jurisprudenciais sedimentaram cotas proporcionais de financiamento público para mulheres e pessoas negras, além de reserva de espaço em propaganda eleitoral no rádio e na TV, que há legislação estipulan-

do que as secretarias de mulheres de partidos deverão receber 5% de todo o Fundo Partidário ordinariamente para investir em programas de difusão e participação feminina na política, mas ainda assim houve pouco avanço para as mulheres de fato ocuparem os espaços eletivos.

Nesse contexto, digna de nota é a Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021, que estabeleceu normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, definindo esta como "toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher" (artigo 3º). E ainda considera como atos de violência política contra a mulher "qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício dos seus direitos e das suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo".

Afinal, um dos principais fatores prejudiciais à eleição de mulheres, com

efeito, é a violência política de gênero, muitas vezes arraigada nas próprias instituições, como os partidos políticos e as Casas Legislativas. Comportamentos que visam desestimular, impedir ou restringir o acesso das mulheres no espaço da política institucional são comumente protagonizados justamente por seus próprios pares, uma vez que os homens ainda são a esmagadora maioria tanto nas direções partidárias como no parlamento.

Essa qualidade de violência é grave porque ocorre em qualquer espectro ideológico-partidário e pode ser física, econômica, psicológica ou simbólica. Como por exemplo, agressões e ameaças contra a integridade física e vida da mulher; ofensas à sua reputação e honra, incluindo a desqualificação, os questionamentos sobre sua aparência, a violação de sua vida privada, o discurso de ódio e a disseminação de fake news voltadas a estereótipos e padrões comportamentais de gênero.

Tivemos exemplos notórios no passado, como as agressões do então deputado Jair Bolsonaro contra a deputada Maria do Rosário, em que ele afirmou diante das câmeras que não a esturparia por ser muito feia; o feminicídio político da vereadora Marielle Franco no Rio de Janeiro; e recentemente, na maior Assembleia Legislativa das Américas, a do Estado de São Paulo, a deputada estadual Isa Penna teve a lateral de seus seios apalpadados por um colega, em meio a uma sessão no Plenário.

São casos midiáticos que ganharam maior visibilidade, mas que expressam o que mulheres que buscam um espaço na política vivem frequentemente em todo o país, nas Câmaras Municipais, nas instituições, e especialmente nos partidos políticos: basta notar o quanto as candidaturas laranjas ou fictícias de mulheres ou abandono político são práticas ainda comuns, não obstante todo o enfrentamento da Justiça Eleitoral. E as

mulheres negras, as mulheres trans, as mulheres LGBTQIA+, em maior intensidade, considerando a interseccionalidade das opressões vivenciadas em uma sociedade ainda impregnada de preconceito de classe, gênero, raça e sexualidade.

Embora esse fenômeno de violência política tenha crescido de forma geral nas eleições de 2022, fazendo homens e mulheres como vítimas, realizamos aqui o recorte de gênero, para destacar que o impacto para as mulheres que concorrem ao Executivo e Legislativo é tão mais evidente, que nem todos os esforços legislativos e jurisprudenciais até aqui foram suficientes para avançar em termos de representatividade política feminina nos espaços de poder.

A partir de 2023, contudo, a recentíssima Emenda Constitucional nº 111/2021 poderá ter algum efeito no combate à violência política de gênero, pelo menos dentro dos partidos, na medida em que estabeleceu, para

fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que os votos dados a candidatas mulheres ou a candidatos negros para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro.

Trata-se de uma política afirmativa que reverte em financiamento público para os partidos e cujos efeitos práticos serão sentidos a partir de 2023, o que pode estimular os dirigentes partidários a investirem na formação e na eleição de mais mulheres nas próximas eleições.

Assim, os mecanismos já consagrados na legislação há mais de duas décadas têm cumprido importante papel, mas as políticas afirmativas precisam ser aperfeiçoadas e ampliadas para a garantia do alcance da participação de mulheres de maneira paritária, o que implica em vontade política e da sociedade, e talvez em

medidas mais concretas, como a reserva de assentos no parlamento, por exemplo, não apenas de candidaturas.

Desigualdade e discriminação, vale dizer, são expressões da violência de gênero que atingem as mulheres sempre que ousam sair de padrões sociais e comportamentais de subalternidade que lhes foram historicamente imputados pelo patriarcado e pela dominação masculina.

O exercício igualitário da cidadania passa necessariamente pela existência de condições efetivas que assegurem a inclusão de candidaturas, a atuação das eleitas e a segurança das mulheres que se dispõem a participar ativamente da arena política. Neste momento histórico, a participação no espaço político institucional e na construção de políticas públicas é urgente e essencial. ■

Referências:

ARAÚJO, Gabriela Shizue Soares de. *MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA: Desafios rumo à democracia paritária participativa*. Arraes Editores. São Paulo, 2022.

MELLO, Luisa e OIKAWA, Erika. Estereótipos de gênero em narrativas falsas: uma análise das fake news envolvendo Manuela D'Ávila. [Disponível aqui](#)

PANKE, Luciana. *Campanhas eleitorais para mulheres: desafios e tendências*. Curitiba: UFPR, 2016. p. 67)

O Globo. 'Da forma como está posta, a democracia é misógina', diz autora de livro sobre mulheres na política. [Disponível aqui](#)

Revista Consultor Jurídico (CONJUR). O combate à violência política de gênero como fortalecimento da democracia. GAMA, Marina de Mello ARIS, Thalita Abdala. [Disponível aqui](#)

Quando novas personagens entram em cena

CAMILA JARA, DEPUTADA FEDERAL ELEITA PT/MS



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

O terreno já parecia desenhado para a jornada de Camila Jara, que em 2022 foi eleita deputada federal pelo PT-MS. Nascida e criada no Cerrado, estava na metade de seu primeiro mandato como vereadora na capital Campo Grande quando lançou-se ao desafio de concorrer à Câmara dos Deputados, na quase vizinha Brasília. A política já fazia parte de sua vida desde a infância, pelo

exemplo da avó e dos pais militantes. Isso não significa que todo o roteiro já estivesse escrito.

Camila sonhava em ser médica, mudou de rumo e cursou Ciências Sociais. Antes de assumir seu mandato de deputada federal em 2023, uma passagem pela equipe de transição do governo Lula em construção, em que contribuiu com os projetos na área de Meio Ambiente.

Conte um pouco sobre você. Quem é você?

Essa é uma pergunta que parece complexa, mas é bem simples. É só lembrar de onde a gente vem, da nossa base. Eu sou a filha mais velha do jornalista Gerson e da professora Edna, que cresceu cercada pela

natureza exuberante de Bodoquena, no interior de Mato Grosso do Sul, e também por exemplos incríveis de militância. Minha avó, Narciza, foi uma das fundadoras do grupo de mães do bairro onde morava em Campo Grande, justamente depois de ter saído de

uma relação abusiva e ter criado os filhos sozinha, e é também uma das fundadoras do Partido dos Trabalhadores aqui em Mato Grosso do Sul. Os meus pais mesmo se conheceram na militância e sempre me levaram desde bem pequena pra participar de bandeiradas, campanhas políticas, nos almoços de domingo com a família falar de política sempre foi normal. E foi por crescer nesse meio de diálogo e de luta por justiça social que acredito que a política só faz sentido se for pra transformar a vida das pessoas.

Dos seus planos para o mandato de vereadora, você acha conseguiu cumpri-los?

Quando um grupo de jovens - um tanto quanto decepcionados com a realidade que viviam - decidiu se unir e lançar um nome para a Câmara Municipal de Campo Grande na campanha de 2020, não foi por simples aventura. Sabíamos que podíamos não ganhar, mas lançamos uma campanha bem estru-

turada, ouvimos grupos muito amplos e diversos de pessoas, vindas de diferentes realidades e que viviam diferentes desafios no dia a dia também. Conseguimos reunir todas as demandas em 31 propostas, 31 ideias para mudar Campo Grande. E justamente por não serem promessas fantasiosas ou soluções milagrosas para os problemas da cidade e sim ideias realistas e possíveis de serem executadas, conseguimos nesses 2 anos de mandato concluir praticamente todas. As que estão encaminhadas, mas ainda não foram

executadas propriamente, vamos ter o mandato da vereadora Luzia Ribeiro, que entra na Câmara quando assumirmos em Brasília, para dar continuidade ao trabalho.

Dos projetos, qual a prioridade número 1 do mandato de deputada federal?

Certamente a prioridade é reduzir a desigualdade que cresceu drasticamente no país nos últimos anos. Para isso, vamos trabalhar para dar base ao presidente Lula ser capaz de reconstruir o país. E quando falamos de reconstrução,



FOTO: ARQUIVO PESSOAL/FACEBOOK

falamos de pensar, propor e votar projetos e emendas que permitam à população mais carente do país, que tanto sofreu nos últimos seis anos desde o golpe contra a Dilma, voltar a ter dignidade: com comida no prato, moradia, estudo, emprego... reduzir as nossas desigualdades é urgente. As pautas ambientais também ganham destaque porque eu, que cresci longe dos grandes centros, sei do impacto que as mudanças climáticas estão causando, especialmente com a destruição do Pantanal e do Cerrado. Temos que lutar contra a devastação da Amazônia, isso é consenso, mas pouco se fala dos biomas do Centro-Oeste. Eu vou lutar para denunciar as queimadas no Pantanal e o desmatamento do Cerrado.

Como você entrou para a política e como decidiu concorrer a um cargo eletivo?

Além da história familiar de muita proximidade com a política, quando desisti do cursinho pra tentar vestibular pra Medicina e fui cursar

Ciências Sociais na Universidade Federal daqui de MS, me deparei com uma universidade sucateada e com muitos problemas. Foi assim que militei dentro dos movimentos estudantis, ao mesmo tempo que atuava também pelo Partido dos Trabalhadores, coordenando as campanhas de juventude nas eleições de 2014 e 2016; participei também do Estágio Visita na Câmara Federal em Brasília. Essa experiência fez o meu nome ser escolhido para representar aquele grupo de jovens que estava descontente com a realidade que vivia e não se sentia representado por ninguém que ocupava um cargo eletivo naquele momento. E também não via um candidato se aproximar das nossas causas, das nossas ideias. Então decidimos nos unir e lançar nosso próprio representante.

Quais os setores que te apoiam e quais os setores que mais te fazem oposição?

Pela própria natureza do partido em que estou,

temos o apoio dos trabalhadores de forma geral, servidores públicos, principalmente professores e profissionais do SUS, estudantes, acadêmicos e pesquisadores. Além disso, a população LGBTQIAP+, movimentos negros, indígenas e de mulheres.

A oposição vem dos setores que defendem tudo aquilo que a gente entende que não contribui para a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual: movimentos armamentistas, conservadores e o agronegócio que concentra renda.

Destaque um momento bom e um momento ruim que marcaram a tua trajetória como parlamentar até aqui.

Momentos bons tivemos muitos, não só a aprovação e a sanção de projetos fundamentais, como a Renda Básica, Dignidade Menstrual e Órfãos do Feminicídio, mas também ao ir pra rua e ouvir histórias anônimas de pessoas que se reconhecem nesses projetos.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL/FACEBOOK

Não diria que tivemos momentos ruins, tivemos momentos desafiadores, porque a escalada do conservadorismo está constantemente questionando a capacidade e a competência de mulheres e querendo nos convencer que esses espaços de poder que ocupamos com tanta dificuldade não é nosso.

O que você diria para os jovens que estão pensando em entrar para a política?

Eu diria para o jovem

que está pensando em entrar para a política a mesma coisa que o presidente Lula me disse quando falei que estava em dúvida sobre sair candidata a deputada federal: "o jovem só perde a luta que ele não faz".

A gente precisa de mais jovens na política porque quem vai ser mais impactado pelas decisões políticas seremos nós. Para renovar, a gente precisa diversificar. Só a juventude tem capacidade de diversificar a política e mudar a forma de fazê-la.

O que você diria para esse jovem para convencê-lo a se aliar aos ideais da esquerda?

Eu diria "estude", rs. Brincadeira. Eu estudei muito política e posso dizer, do fundo dos meus bons anos em Ciências Sociais, que a esquerda é a melhor saída para um país em desenvolvimento como o Brasil. Veja só os exemplos fantásticos de bem-estar social em países social-democratas - nem precisa comparar a medicina cubana com a estadunidense. Basta olhar os indicadores, o que impacta mais a nossa vida? O PIB ou o IDH? Ou seja, a riqueza total ou a qualidade de vida que essa riqueza pode gerar para todos?

Para você convencer um jovem a defender valores progressistas, como eu, basta perguntar: você quer um futuro inclusivo ou exclusivo? ■

Bloco afro promove cultura negra em Curitiba



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

O Bloco Afro Pretinhosidade nasce no anseio de muitos de fomentar a cultura negra em Curitiba (PR), já que a cidade é vista como capital europeia. Mas basta a gente dar uma volta na cidade que percebemos que isso não é verdade, somos a capital do Sul com maior número de negros e negras, então sempre existiu essa vontade de contar nossas histórias e honrar nosso legado através da batucada, danças, cantos e axé.

Esse ano o tema é mais do que especial: levaremos para avenida uma homenagem a uma das nossas maiores referências, Mãe Dalzira, Iyaguná, sacerdotiza de candomblé e sua história se funde com o cenário da resistência negra da cidade. Com seus 83 anos, apresentou a pouco seu doutorado e ganhou visibilidade nacional. Ela sempre manteve viva, através do terreiro, as expressões visuais, linguísticas e culturais africanas, tudo que o Bloco também tem como diretriz.

Os ensaios do bloco acontecem na Sede, que fica localizado na Vila Torres, na rua Baltazar Carrasco. Sempre tivemos intensão de descentralizar e possibilitar a presença da periferia em nossos espaços, já que a maioria do povo negro ainda está nesses lugares por questões históricas, e assim seguimos levando nossa negritude para rua, como diz aquele ditado “Tire seu racismo do caminho, que eu quero passar com minha cor”.

REDES SOCIAIS

Instagram: <https://www.instagram.com/blocoafropretinhosidade/>

Facebook: <https://pt-br.facebook.com/blocoafropretinhosidade/>

As periferias e populações periféricas como o centro da mudança

Desde o início de 2020 o Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ativistas e militantes de todo o país.

Durante o mês de novembro de 2022, foram realizados programas com temáticas relacionadas às últimas edições da **Revista Reconexão Periferias**: “Passado, presente e futuro em disputa: por direitos e dignidade” (edição de outubro) e

“A luta antirracista com Lula presidente” (edição de novembro)

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de novembro e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

01/11/2022: A força da juventude preta, periférica e LGBT na Câmara de Olinda - com Vinicius Castello

22/11/2022: Escola pública e periferias como o centro da mudança - com Macaé Evaristo

ENTREVISTA 1 DE NOVEMBRO - 17H

A FORÇA DA JUVENTUDE PRETA, PERIFÉRICA E LGBT NA CÂMARA DE OLINDA

VINICIUS CASTELLO
Vereador de Olinda pelo PT

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Fundação dos Trabalhadores

ACOMPANHE: [/fundacao.perseuabramo](#)
[/FundacaoPerseuAbramo](#)

ENTREVISTA 22 DE NOVEMBRO - 17H

ESCOLA PÚBLICA E PERIFÉRIAS SERÃO O CENTRO DA MUDANÇA

MACAÉ EVARISTO
educadora e deputada estadual (PT-MG)

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Fundação dos Trabalhadores

ACOMPANHE: [/fundacao.perseuabramo](#)
[/FundacaoPerseuAbramo](#)

Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação www.mulheresnacomunicacao.com/
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Saúde e População Indígena - Encontros de Cultura e Saúde

Data: 13/12/2022 às 16:00. Onde: [Youtube](#)

Cine Diversidade: Idosos LGBTQIA+

Data: 13/12/2022 às 19:00
Onde: Cine Santa Tereza - Rua Estrela do Sul, 89, Santa Tereza - Belo Horizonte, MG.
[Mais informações aqui](#)

Seminário Permanecer, Viver e Existir: 21 anos de lutas pelas ações afirmativas na UERJ

Data: entre 14/12/2022 e 16/12/2022 a partir das 9:00. Onde: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã - Rio de Janeiro, RJ. [Mais informações](#)

Iº Congresso Regional de Direito Humanos

Data: 14/12/2022 às 18:00 até às 22:00
Onde: Rua Coronel Álvaro Simões, 74, - Centro - Feira de Santana, BA.
Ingresso: R\$ 12,50. [Mais informações](#)



III Semana de Arqueologia da UFPE

Data: 14/12/2022 até 17/12/2022 às 8:00 até às 16:30

Onde: Avenida Professor Moraes Rego, 1235, Departamento de Arqueologia - Cidade Universitária - Recife, PE.

[Mais informações](#)

Uma viagem a história da música

Data: 14/12/2022 às 20:30 até às 22:30
Onde: Centro, R. Barão do Rio Branco, 438 - Centro - Curitiba, PR.

Ingresso: R\$ 25,00

[Mais informações](#)

XIV Seminário Periferias Globais: Memórias, Lutas e Mobilizações

Data: 15/12/2022 e 16/12/2022 a partir das 18:00

Onde: Rua Gen. Manoel Rabelo - Duque de Caxias, RJ. [Mais informações](#)

Giro: Encontro de escrita, sonho e criação

Data: 15/12/2022 às 19:30 até às 21:30
Onde: Videoconferência

[Mais informações](#)

História Oral e Educação Antirracista

Data: 15/12/2022 às 18:30
Onde: Auditório do Bloco C - Rua Bernardo de Vasconcelos, 941, Auditório do Bloco C - Realengo - Rio de Janeiro, RJ.

[Mais informações](#)

IV Edição do Seminário de Saberes, Linguagens e Oralidades da Amazônia (SALOA)

Data: entre 15/12/2022 e 17/12/2022 a partir das 9:00
Onde: formato híbrido; presencialmente no IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Belém - Belém, PA. [Mais informações](#)

Campão a Pé - Percorso Histórico e Cultural

Data: 17/12/2022 às 8:00
Onde: Avenida Afonso Pena, 2270 - Centro - Campo Grande, MS.

[Mais informações](#)

Crisálida no Complexo Cultural de Planaltina

Data: 17/12/2022 às 18:00
Onde: Complexo Cultural de Planaltina - Avenida Uberdan Cardoso, Planaltina/DF - Brasília, DF.

[Mais informações](#)

Festival LollaPeriifa

Data: 17/12/2022 a partir das 13:00
Onde: Centro Cultural Vila Itororó - Rua Maestro Cardim, 60, Bela Vista - São Paulo, SP.

Almoço de Natal do Mulheres da Luz

Data: 17/12/2022 às 12:00
Onde: Casa de Oração do Povo da Rua - Rua 25 de Janeiro, esquina com a Rua Djalma Dutra - Luz - São Paulo, SP.

Slam do Vida

Data: 18/12/2022 às 14:00
Onde: Alvo Associação Cultural - Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 2132 - Rubem Berta - Porto Alegre, RS.

Slam da Guilhermina

Data: 27/01/2023 às 19:00
Onde: praça anexa da Estação Guilhermina-Esperança - São Paulo, SP.

Edital	Foco	Prazo	Link
Prêmio ONG Forte	Você faz parte de uma ONG de Salvador que atua promovendo a educação de crianças e adolescentes? Inscreva-se no Prêmio ONG Forte, uma iniciativa da Fundação Norberto Odebrecht (FNO) em parceria com a Fundação Maria Emília (FME) que vai contribuir para que uma organização de Salvador se torne mais eficiente, transparente e financeiramente sustentável, e possa, assim, beneficiar mais pessoas com seus projetos de educação.	Até 30 de dezembro de 2022	https://prosas.com.br/editais/12408-premio-ong-forte
Edital de chamada pública para o Programa Laboratório da cena Funarte SP – 2022-2023	Constitui objeto deste Programa a permissão de uso dos espaços da Funarte SP para a realização de atividades de ensaios, pesquisa e criação nas áreas de Artes Cênicas, Música e suas transversalidades.	Até 28 de fevereiro de 2023	https://prosas.com.br/editais/12011-edital-de-chamada-publica-para-o-programa-laboratorio-da-cena-funarte-sp-2022-2023
Galeria do Minas II 2023	A gerência de Cultura do Minas Tênis Clube recebe inscrições para o edital de ocupação da Galeria do Minas II. O Programa de Exposições Temporárias da Galeria do Minas II já está em sua terceira edição e contempla artistas visuais que estão em início de carreira. As inscrições são gratuitas e on-line e o edital pode ser lido aqui. O resultado será divulgado em 16/1/23.	Até 31 de dezembro de 2022	https://www.minas-tenisclub.com.br/noticias/cultura-edital-galeria-do-minas-ii-2023/
II Prêmio de Poesias "Arte de Tecer Conhecimento"	A Revista Natureza do Verso junto a seus parceiros de apoio, divulgação e produção tem como objetivo colaborar com a Arte e Cultura, brasileira, incentivando a escrita literária, de escritores de todo Brasil. O concurso destina-se a escritores de língua portuguesa, sendo livre para escritores iniciantes ou para autores que já foram publicados anteriormente.	Até o dia 22 de janeiro de 2023	https://revista-natureza-do-verso.webnode.page/

OPORTUNIDADES

<p>Edital chamada pública Banco da Amazônia - lei de Incentivo à cultura 2023/2024.</p>	<p>O Banco da Amazônia no uso de suas atribuições legais torna pública a abertura de processo seletivo para escolha de projetos culturais a serem executados nos exercícios de 2023 e 2024, sob o incentivo da Lei de Incentivo à Cultura (8.313/91), para que os interessados possam apresentar propostas, com objetivos que se coadunem com os programas e ações desta Instituição, aplicando-se ainda, no que couber, os dispositivos legais e que tratem do tema, consoantes aos termos deste Edital. Constitui objeto da presente Chamada Pública a seleção de projetos para aporte de recursos oriundos da Lei de Incentivo a Cultura, desenvolvidos por pessoas e entidades com ou sem fins lucrativos que tenham como objetivo contribuir para a melhoria do acesso à cultura regional, executados na área de atuação do Banco da Amazônia, que compreende toda a Amazônia Legal. A gerência de Cultura do Minas Tênis Clube recebe inscrições para o edital de ocupação da Galeria do Minas II. O Programa de Exposições Temporárias da Galeria do Minas II já está em sua terceira edição e contempla artistas visuais que estão em início de carreira. As inscrições são gratuitas e on-line e o edital pode ser lido aqui. O resultado será divulgado em 16/1/23.</p>	<p>Até 30 de dezembro de 2022</p>	<p>https://www.bancoamazonia.com.br/o-banco/patrocínio</p>
---	---	-----------------------------------	--

<p>Cuéntame un cuento</p>	<p>O Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Salamanca (adiante CEB) lança a sexta edição do concurso de relato breve "Cuéntame un cuento". A temática da presente edição é "O samba brasileiro", expressão cultural e elemento fundamental para compreender a identidade brasileira. O tema desta sexta edição será "O samba brasileiro", adaptando-se à alguma das seguintes categorias: personagens (músicos, compositores, intérpretes etc.); o papel da mulher no universo do samba; origens, matrizes, lugares e história do samba; carnaval; escolas de samba; qualquer tema relacionado com o universo do samba.</p>	<p>Até o dia 31 de março de 2023</p>	<p>https://cebusal.es/concur-</p>
<p>Edital de Microjetos para a Terra Indígena Araribóia</p>	<p>Está aberto o Edital de Microprojetos para a Terra Indígena Araribóia (Maranhão) para apoiar iniciativas individuais e familiares que favoreçam a gestão ambiental e territorial. As propostas devem contemplar o apoio à implementação de diversas ações voltadas à proteção territorial, produção agroecológica, sistemas agroflorestais, conservação da biodiversidade, formação em gestão territorial e ambiental, articulação pelos direitos indígenas, entre outras possibilidades.</p>	<p>Até 31 de dezembro de 2022</p>	<p>https://ispn.org.br/aberto-edital-para-apoio-a-micro-projetos-na-terra-indigena-arariboia-ma/</p>
<p>Pessoa jurídica - cadastramento de apresentações culturais - chamamento público 009/2022</p>	<p>O presente edital tem como objetivo o CADASTRAMENTO PARA A EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ARTÍSTICOS LOCAIS (PESSOA JURÍDICA) de interessados na prestação de serviços para APRESENTAÇÕES CULTURAIS, no âmbito das atividades do Município de São Francisco do Sul.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/11376-pessoa-juridica-cadastramento-de-apresentacoes-culturais-chamamento-publico-0092022</p>

OPORTUNIDADES

<p>Chamada Pública 02/2022 – Credenciamento de Artistas</p>	<p>Chamamento para fins de credenciamento, por meio de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ar, art. 74 da Lei federal nº 14.133/2021, de profissionais de arte e cultura em todas as suas manifestações e linguagens, para atender a programação dos eventos, projetos e atividades artísticas e culturais realizadas e/ou apoiadas pela da Secretaria Municipal da Cultura da cidade de Goiânia para atuação em apresentações em shows, espetáculos, exposições e concertos, bem como, em ações de capacitação e qualificação em atividades artístico-culturais, produção cultural, curadoria e sustentabilidade voltados para fazedores de Cultura</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://www.goiania.go.gov.br/secult/wp-content/uploads/sites/5/2022/08/credenciamento-secult-edital-2022-02</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR